

Os prolegômenos de uma Ética na Ontologia de Lukács

RESUMO

Este artigo pretende delinear o projeto de Lukács sobre a Ética que ele não chegou a escrever de forma sistemática, mas que está condensada no decorrer da sua vasta obra *Ontologia do Ser Social*. Na impossibilidade de demonstrar todo o seu pensamento, nos limites desta investigação, tentaremos apenas apontar os elementos centrais sobre a sua concepção acerca da ética que ele nos deixou na *Ontologia*, cuja direção refere-se ao seu caráter sócio-histórico e ao sentido humano e consciente que ele busca atribuir ao desenvolvimento do gênero humano. Nesse aspecto, Lukács concebe a gênese e a constituição ontológica da ética amplamente relacionada com o processo de objetivação/alienação (exteriorização) e com a questão do dever-ser e dos valores, cuja dimensão eminentemente social se conecta com a essência teleológica do trabalho no desenvolvimento social dos homens.

Palavras-chave: Ética; Ontologia do ser social; Teleologia.

ABSTRACT

This article intends to delineate Lukacs' Ethics project, which he did not accomplish but it is found condensed in his vast work *The Ontology of Social Being*. As it is impossible to demonstrate all his thought, in this investigation we attempt to point out the main elements about his concept of ethics which he left on his *Ontology*. His concept of ethics has a direction referred to its socio-historical character, and to its human and conscious meaning that he attributes to the development of human gender. In this aspect, Lukacs conceives the ontological genesis and constitution of ethics, largely related to the process of objectivation/alienation (exteriorization), and to the question of the "must-be" and the values which social dimension connects to the teleological essence of work, in the social development of human kind.

Keywords: Ethics; Ontology of social being; Teleology.

* Professora Adjunta III de Filosofia e de Educação da UFC. E-mail: fatimanobre@ufc.br

A ética na ontologia de Lukács

Ao concluir o seu manuscrito sobre a *Estética*, Lukács anuncia a sua passagem à *Ética*. Em 1962, ele comunica a alguns dos seus amigos e ex-alunos que pretende fazer uma introdução ou um capítulo introdutório à ética cujo título provisório seria *A posição da ética no sistema do agir humano*. Nessa introdução, ele formularia as características ontológicas fundamentais do ser social. Isso por que, conforme atesta um grupo de filósofos na revista *Aut Aut*, ele teria comentado que “não podia fundar a sua concepção ética na sistematização filosófica marxista tradicional.”¹ (FEHÉR *et al.* 1977, p. 4).

Lukács percebeu que seria preciso não apenas uma introdução à ética, mas sim o desenvolvimento de uma ontologia sem a qual seria impossível uma fundamentação convincente acerca da ética. Assim, os trabalhos introdutórios da ética transformaram-se no volumoso manuscrito *Ontologia do Ser Social*² acompanhado dos seus *Prolegômenos à Ontologia do Ser Social*³ que vieram à luz após a *Ontologia*.

Essas obras são o prelúdio necessário da ética que Lukács não teve tempo de escrever com maiores detalhes. Porém, como diz Tertulian, “a *Ontologia*, aí compreendidos os *Prolegômenos*, culmina efetivamente numa teoria do gênero humano.” (TERTULIAN, 1966, p. 55) na qual Lukács apresenta as categorias ontológicas fundamentais da vida social, destacando a distinção entre generidade em-si e generidade para-si e a superação da particularidade como uma condição da substancialidade moral dos indivíduos. Toda essa problemática diz respeito à questão da ética que seria desenvolvida por Lukács como uma sequencia lógica à sua *Ontologia*. Tertulian comenta que “não se deve esquecer que a *Ontologia do Ser Social* nasceu como pano de fundo de uma vasta pesquisa consagrada aos problemas da *Ética*.” (TERTULIAN, 1966, p. 61).

Comunga com essa mesma idéia o filósofo húngaro, colaborador de Lukács, István Mészáros que, comentando sobre o projeto de Lukács em escrever sua *Ética*, diz que a sua parte introdutória “terminou por se transformar em *A Ontologia do Ser Social* e no *Prolegomena* anexo a ela [...]” (MÉSZÁROS,

¹ Observe: o marxismo tradicional refere-se àquela concepção economicista e/ou positivista que deturpa as idéias de Marx.

² A *Ontologia do Ser Social* é composta, na edição italiana, por três volumes, publicados pela editora Riuniti em 1976 (vol. I) e em 1981 (vol. II* e vol. II**), com o título de *Ontologia Dell'Essere Sociale*. É essa edição que estamos utilizando neste artigo.

³ Essa obra de Lukács, da edição italiana Guerini e Associati, 1990, com o título *Prolegomini All'Ontologia Dell'Essere Sociale*, foi redigida em 1970, após o término da *Ontologia*. Segundo Tertulian, o motivo de Lukács ter escrito os *Prolegômenos da Ontologia* após a conclusão desta, em termos de conjecturas, talvez seja pelo fato de ele ter sentido “a necessidade de expor, em forma mais condensada..., as idéias mestras do seu trabalho e os seus objetivos” (Tertulian, 1996, p. 55). Por essa razão, os *Prolegômenos* repetem várias idéias centrais da *Ontologia*. Tertulian comenta que os *Prolegômenos* tinham “por objetivo fixar os pontos básicos da *Ontologia*” (idem, p. 56).

2002, p. 496). Independente da posição de Mészáros sobre as concepções de Lukács, ele comenta que na *Ontologia* está delineado o postulado da ética como mediação para a emancipação humana, ou seja, nessa obra Lukács teria fornecido o fundamento ontológico das ações éticas dos indivíduos a partir do momento em que o autor húngaro defende a liberdade dos homens de escolher, entre as alternativas reais, aquelas que lhes permitam combater o estranhamento, saindo do seu particularismo e atingindo o para-si. Segundo Mészáros, o rigor ético inexorável do indivíduo singular conquistar a vitória sobre o próprio estranhamento e desenvolver a sua personalidade de forma real e positiva está claramente expresso em *A Ontologia do Ser Social*.

Junto a esses pensadores – Tertulian e Mészáros – podemos reafirmar que na *Ontologia* estão os elementos constitutivos da ética lukacsiana. Os indícios aí deixados pelo pensador húngaro nos demonstram a natureza histórica e teleológica do agir humano e sendo a ética, como diz o próprio Lukács, uma “parte orgânica do desenvolvimento da humanidade em direção a um gênero existente-para-si.” (LUKÁCS, 1981, p. 414), podemos afirmar o seu caráter sócio-histórico delineado na *Ontologia*, ou seja, a ética para Lukács é concebida como uma ação prática e teleológica dos homens que estarão agindo eticamente quando superam a própria particularidade e se elevam ao para-si, cujo fundamento é a liberdade de escolha entre as diversas alternativas. Essa é a substância social e histórica da Ética deixada por Lukács na sua *Ontologia do Ser Social* e nos seus *Prolegômenos*.

Portanto, mesmo não tendo escrito sistematicamente a “sua” *Ética*, Lukács nos deixou a *Ontologia* como um eixo condutor para a sua compreensão e análise. As considerações acerca das categorias sócio-históricas (trabalho, reprodução, ideologia e estranhamento) são a condição essencial para a elaboração de uma ética, pois, para o nosso autor, “não existe ética sem ontologia”. Enfim, é na *Ontologia* que está fundamentado o caráter histórico e social da ética, cuja direção central é a possibilidade de elevação a valores humano-genéricos, compreendendo a sua própria constituição ontológica.

A constituição ontológica da ética

Já frisamos sobre a promessa de Lukács de elaborar um escrito sistemático acerca da ética. De fato, essa idéia tornou-se uma constante nos últimos quinze anos da sua vida. Porém, como diz Mészáros, esse projeto havia se originado há muito tempo “e jamais chegou a ser, mesmo que remotamente, executado nem completamente abandonado.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 488).

Portanto, as preocupações éticas estão presentes no pensamento de Lukács desde a sua juventude, pois o seu interesse pelos problemas éticos apareceu muito cedo. Em 1911, no diálogo intitulado *A Pobreza do Espírito*, já se encontra a *graça da bondade* no centro de suas reflexões. Tanto nesse es-

crita como nas *Notas sobre Dostoievski* (redigidas entre 1914 e 1915, onde Lukács faz uma exposição da dimensão ética da produção desse escritor russo) há uma continuidade de algumas idéias desenvolvidas nestes textos da juventude com as posições do último Lukács. No seu ensaio *Tática e Ética* (escrito em 1919) e na sua obra *História e Consciência de Classe* (escrita em 1923), Lukács já leva em conta as determinações do processo sócio-histórico e já postula a ética como uma ação prática e emancipatória dos indivíduos, embora defenda essa concretização por meio da ação política do proletariado. Ou seja, nessa época, ele considerava a classe proletária como sendo uma classe eminentemente ética, capaz de se elevar ao para-si.

No *Postácio de História e Consciência de Classe*, de 1967, ele reafirma essa idéia ao diferenciar a sua posição da filosofia de Hegel, firmando que o sujeito-objeto idêntico hegeliano “nasce por via lógico-filosófica... Para *História e Consciência de Classe*, pelo contrário, este processo deve ser social e histórico.”⁴ (LUKÁCS, 1967, p. 362). Lukács diz que sob o prisma desta sua obra a construção lógico-metafísica da *Fenomenologia do Espírito* de Hegel assenta efetivamente os “pés na terra”, pois encontrou uma realização ontologicamente autêntica no ser e na consciência da classe proletária que tem como missão histórica “fundar com a sua revolução a sociedade sem classes.”⁵ (LUKÁCS, 1967, p. 363).

Podemos perceber que a unidade do pensamento de Lukács, como diz Paulo Netto, consiste na questão da

apropriação da dinâmica histórico-social pelo homem enquanto autor concreto; o que significa, portanto, que se trata da questão da inserção de um sentido humano consciente no desenvolvimento social. (PAULO NETO, 1981, p.40).

Com essas considerações, podemos afirmar que Lukács estabelece a questão da ética a partir do caráter ontológico-prático e não pelo critério ló-

⁴ No seu ensaio sobre a *Responsabilidade Social do Filósofo*, Lukács afirma que “qualquer que seja o ponto de partida ideológico e metodológico da ética, suas sínteses mergulham necessariamente no desenvolvimento histórico-social da humanidade” (Lukács, 1989, p.66).

⁵ **Observe:** Na sua obra *História e Consciência de Classe* (escrita em 1923), Lukács considerava a ação política da classe proletária como sendo eminentemente ética. A esse respeito, Paulo Netto comenta que as questões éticas lukascianas “desembocam em questões políticas, como as da organização do movimento operário revolucionário” (Paulo Netto, 1981, p. 41). Segundo Paulo Netto, Lukács sugere aí “que o sentido histórico é posto pelo proletariado como *classe para-si*...” (idem). Na década de 60, ao redigir a *Ontologia do Ser Social*, Lukács retoma a questão da ética sugerindo a saída do em-si ao para-si, porém o sujeito de tal ação não é mais identificado como sendo exclusivamente a classe proletária e sim diz respeito à humanidade em geral. Certamente que as vias para essa realização ele iria explicitar na prometida *Ética* que ele não chegou a escrever. (Sobre esse assunto, ver István Mészáros, 2002, p. 486 a 494 e 510 a 514). Lukács no seu “Postácio de 1967” diz que - após a prática stalinista que “é conservadora nas suas finalidades, burocrática nos seus métodos” (p. 353) e também ao ler, em 1930, a obra os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de Marx - percebeu o seu “messianismo revolucionário idealista e utópico” (p. 353), pois em *História e Consciência de Classe* ele seguia muito a concepção de Hegel por não perceber a distinção entre os termos objetivação e alienação (exteriorização), levando a um finalismo do “sujeito-objeto idêntico realizando-se no processo histórico” (p 362).

gico-gnoseológico ou sobrenatural, pois ela é fundada socialmente pelo homem no decorrer do seu processo histórico.

A questão central que perpassa quer seja o pensamento da juventude quer seja o pensamento da maturidade (principalmente) é a superação da particularidade do homem como uma condição da substancialidade moral e isso estaria relacionado com a autenticidade da alma que compreende o verdadeiro homem ético. Tanto o jovem como o maduro Lukács faz um paralelo entre a criação artística e o processo de decantação da ética, pois a superação da particularidade já é exigência do jovem Lukács ao estabelecer uma separação bem nítida entre o homem e a obra. Para ele, o verdadeiro artista, como também o homem ético, deve separar-se de tudo o que é puramente empírico. Isso remete, evidentemente, à produção de um mundo realmente humano (e não simplesmente do mundo das coisas), cuja realização está na própria vontade e ação dos homens.

Na *Ontologia do Ser Social*, comentando sobre os princípios ordenadores da sociedade que têm como função afirmar a sociabilidade dos indivíduos e o seu pertencer ao gênero humano, Lukács diz que é o homem quem escolhe, entre os preceitos ditados pela sociedade, aqueles em direção ao para-si. Essa escolha-decisão “é ditada pelo preceito interior de reconhecer como seu próprio dever... é isto que ata os fios entre o gênero humano e o indivíduo que supera a própria particularidade.”⁶ (LUKÁCS, 1981, p. 328). Não se trata aqui de um subjetivismo, pois apesar de Lukács defender a capacidade do homem agir conscientemente com base em escolhas, não se pode esquecer a vida social como âmbito de objetivação de tais escolhas. É o desenvolvimento social que vai criando um campo de possibilidades para a sua realização. Portanto, para Lukács, a ética é fruto do pensamento e da atividade humana; nela é eliminada a dualidade dicotômica entre indivíduo e sociedade, pois, é no percurso desse desenvolvimento social, mesmo com suas contradições internas, que o indivíduo singular torna-se consciente de ser portador e membro do gênero humano. Dessa forma, o ser-para-si do gênero humano é o resultado de um processo que “tem lugar tanto na reprodução global, objetiva, econômica, como na reprodução dos homens singulares.” (LUKÁCS, 1981, p. 328)

A partir dessas considerações podemos perceber que os postulados de Lukács acerca da ética tem uma dimensão subjetiva e, por outro lado, as normas sociais que incidem sobre os indivíduos são circunscritas pelas condições objetivas. Mas isso não elimina a posição teleológica do homem ou o seu caráter de escolha. Lukács chama atenção para a dupla dualidade do homem na sua constituição genérica: 1º.) *ser biológico e ser social*, 2º.) *particularidade* (que, no caso, significa o homem na sua singularidade) e *generidade*. O de-

⁶ Lukács comentando sobre a necessidade de superação da particularidade diz que isso só pode ser realmente verificável na “práxis autenticamente ética dos indivíduos.” (Lukács, 1981, p. 601).

desenvolvimento social põe sempre uma luta entre essa segunda dualidade. Porém não se pode eliminar a particularidade do indivíduo nem tampouco o seu ser biológico e, por outro lado, não se pode aproximar excessivamente no plano formal e conteudístico essas duas dualidades (embora formem a unidade complexa de todo homem), e nem colocá-las numa relação teleológica. É isso que as religiões tentam fazer ao darem um sentido transcendental à primeira dualidade (que para Lukács é apenas casual). Elas “falsificam o desenvolvimento do mesmo modo pelo qual falsificam o ser do homem instituindo uma separação metafísica entre corpo e alma.”⁷ (LUKÁCS, 1981, p. 329).

Nesse sentido, a superação desse dualismo só pode ser pensada como resultado de um processo transcendente teleológico. Isso bloqueia tanto o entendimento do desenvolvimento social quanto o entendimento do desenvolvimento do homem da sua mera singularidade à individualidade (no processo de individuação) “como um momento decisivo do gênero humano.” (LUKÁCS, 1981, p. 327). Para Lukács, o para-si do homem decorre do mesmo solo social do em-si, pois ambos são determinações ontológicas do ser e, ao mesmo tempo, formam uma unidade e são contraditórias, comportam uma conexão e uma antítese no desenvolvimento individual e social dos homens.

Em suma, o que Lukács chama a atenção é para o fato de que o homem torna-se indivíduo social, gênero humano, na interação da sua singularidade (biológico + particularidade) com o social. Daí porque ele não separa corpo e alma, ser e pensamento, pois no processo de individuação do homem não se pode deixar de lado nem a sua dimensão biológica e particular e nem tampouco a social. Isto porque, apesar da singularidade de cada indivíduo, não se pode negar as intervenções sociais sobre a sua personalidade. Lukács cita como exemplo a intervenção “da educação e do ambiente social no modo de viver, e até mesmo a influência deles sobre o desenvolvimento físico, sobre a tendência a certas doenças, etc., etc.” (LUKÁCS, 1981, p. 325. O grifo é nosso). Portanto, toda intervenção sobre o indivíduo, até mesmo sobre a criança, suscita reações que são mediadas tanto pela esfera biológica como pela social. O nosso autor comenta que há crianças muito pequenas que oferecem resistência aos seus educadores. Isso evidencia que determinados momentos decisivos da individualidade de uma pessoa são fortemente ligados a certos traços do seu ser biológico. Por outro lado, o desenvolvimento ontológico do homem tem necessidade de preceitos sociais que estabeleça o regulamento moral da vida em sociedade.

Os princípios ordenadores (que segundo Lukács são o campo da ética), embora muitas vezes sejam contrários a certas aspirações particulares dos in-

⁷ Lukács comenta que numa formação social do ponto de vista do indivíduo vivente “é um puro *acaso* em qual situação o ponha o seu nascimento. Naturalmente logo após há uma interação cada vez mais intensa entre ele e o seu ambiente social” (Lukács, 1981, p. 326). Por isso, mesmo essa casualidade ontológica “não rompe a unidade do homem” (idem, p. 327). É importante frisar ainda que a primeira dualidade é sempre casual, ao passo que a segunda é provocada pelo desenvolvimento social do homem.

divíduos, têm a função de afirmar a sua sociabilidade, o seu pertencer ao gênero humano que vai emergindo no curso do desenvolvimento social. É na ética que é superada a contradição entre a permanência do indivíduo na sua mera particularidade e a elevação da sua consciência de pertencer ao gênero humano, como afirma o próprio Lukács: “somente na ética é *eliminado* o *dualismo*, posto desse modo pela necessidade social, onde a superação da particularidade do singular alcança a uma tendência unitária.” (LUKÁCS, 1981, p. 328. O grifo é nosso). É nessa unidade, nessa interação, que ocorre “o desenvolvimento sócio-ontológico da mera singularidade (exemplar singular da espécie) à individualidade consciente e continuativa, que sempre é, ao mesmo tempo, existente-em-si e posta.” (LUKÁCS, 1981, p. 325).

Podemos perceber que a posição de Lukács acerca da ética tem como centro de referência o dualismo entre indivíduo e sociedade e o modo como os indivíduos, por meio de uma ação ética, podem agir para superá-lo. Porém, o próprio Lukács afirma que não poderia expor o conteúdo concreto dessa superação no terreno de uma ontologia geral. Por enquanto, como ele mesmo diz, tenta apenas (na sua *Ontologia do Ser Social*) “esboçar brevemente a sua simples, elementar, constituição ontológica.”⁸ (LUKÁCS, 1981, p. 328). Nesse esboço, o ponto que evidencia amplamente tal constituição é a realização do processo de objetivação/alienação (exteriorização), cuja unidade ontológica remete à ética como parte orgânica do desenvolvimento humano.

A unidade ontológica entre objetivação e alienação e a ética como parte orgânica do desenvolvimento humano

Já sabemos acerca do caráter sócio-histórico da ética na propositura de Lukács e que, portanto, o seu solo genético e desenvolvimento encontram-se no campo, respectivamente, das teleologias primárias e secundárias.⁹ Nesse último âmbito, o grau de incerteza acerca dos resultados da posição teleoló-

⁸ Oldrini no seu texto “Lukács e o Caminho Marxista ao Conceito de Pessoa” diz que, embora Lukács nunca tenha conseguido completar sua ética, no entanto graças à sua *Ontologia* “ele pode dar importantes passos em frente também no sentido do esclarecimento dos problemas éticos” (Guido Oldrini, 1995, p. 116).

⁹ Segundo Lukács, as *teleologias primárias* são aquelas estabelecidas pelo homem no trabalho, isto é, no ato direto da produção quando o homem transforma a natureza (causalidade natural) em objetos sociais, de uso (causalidade posta). Mas essas teleologias são portadoras de determinações genéricas, universais, uma vez que a partir do trabalho geram-se complexos sociais (como a ética, a educação, a política, o direito, etc.) que exigem novas teleologias e ações no âmbito das relações humanas. Lukács denomina essas *teleologias de secundárias*. Portanto, essas não dizem mais respeito à transformação da natureza e sim às ações dos homens entre si. Segundo Lukács, as teleologias primárias e secundárias têm certa autonomia entre si, mas ao mesmo tempo estão inter-relacionadas, pois, somente com essas últimas é “que se completa a humanização do homem” (Lukács, 1981, p. 446). Em outra passagem Lukács diz ainda que não dá para colocar intercâmbio da natureza de um lado e práxis social do outro, ou seja, é impossível separá-los. (ver p.363).

gica é muito maior do que no nível das teleologias primárias que dizem respeito ao ato direto do trabalho no processo de transformação da natureza em objetos de uso, gerando a sociabilidade humana.

A questão que se coloca é o fato de que, apesar de Lukács defender o trabalho como categoria fundante da sociabilidade humana, isso não significa que reduza toda a totalidade social ao ato do trabalho. Para ele, os complexos sociais e as formas superiores de objetivação, incluindo a *ética*, embora tenham sua gênese ontológica nele (no trabalho), ganham uma certa autonomia frente a esse solo genético. Gera-se a partir daí uma nova objetividade, agora ainda mais social, cujo procedimento requer comportamentos semelhantes àqueles do plano das teleologias primárias, ou seja, aqui se requer a subordinação da vontade à finalidade proposta, o exame dos meios e a sua escolha de acordo com a teleologia estabelecida. E essa escolha é baseada sempre na valoração que o indivíduo atribui às coisas e ao próprio processo de objetivação.

O que queremos destacar é o fato de que toda objetivação, no nível das teleologias primárias ou secundárias, tem a marca da subjetividade ao mesmo tempo em que provoca um efeito sobre os sujeitos, influenciando sobre as suas ações e sobre o seu ser. Trata-se da *exteriorização* do homem, no processo de *objetivação*, que corresponde ao seu ato de *alienação*. Aqui podemos lembrar a posição de Lukács sobre o fato de que todo ato de objetivação “é simultaneamente um ato de alienação (exteriorização) do sujeito humano.”¹⁰ (LUKÁCS, 1981, p. 564. O acréscimo é nosso). A objetivação e a alienação (exteriorização) são dois momentos de um mesmo processo, cuja unidade resulta na *práxis social dos homens*, no seu próprio processo de humaniza-

¹⁰ Queremos frisar aqui um esclarecimento sobre os termos *objetivação*, *alienação* (*exteriorização*) e *estranhamento* na *Ontologia* de Lukács. A *objetivação* diz respeito à mudança no mundo dos objetos socialmente construídos pelos homens e, no ato dessa construção, ocorre a *alienação* do sujeito, isto é, a sua *exteriorização*, o seu formar-se ao mesmo tempo individual e social. Lukács menciona que “todo ato de objetivação do objeto da práxis é ao mesmo tempo um ato de alienação do sujeito” (Lukács, 1981, p.402). No entanto, a alienação pode tornar-se um *estranhamento* quando o processo de objetivação/alienação (exteriorização) retroage negativamente sobre os homens, ou seja, quando ocorrem os bloqueios à plena explicitação do gênero humano. Nesse caso, ocorre o *estranhamento*, que é contingente e negativo, podendo e devendo ser superado. Essa distinção terminológica tem provocado inúmeros equívocos conceituais acerca do pensamento de Lukács. No Brasil, a grande questão consiste principalmente no problema de tradução. Dessa forma, temos a palavra *alienação* utilizada indistintamente tanto para a dimensão positiva como negativa do processo do trabalho. É o caso, por exemplo, da tradução dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de Marx*, pela Edições 70. Ao passo que a tradução italiana da editora Einaudi utiliza dois termos para os dois sentidos: *alienação* (*Entäusserung*) e *estranhamento* (*Entfremdung*). É por esta razão que usamos essa edição nesta pesquisa. Há ainda outra questão que é o uso diferenciado dos termos para um mesmo sentido, ou seja, há autores (intérpretes de Marx e Lukács) que usam *exteriorização* para a palavra *Entäusserung*; e *alienação* (que então passa a ter um sentido negativo) para *Entfremdung*. Então os pares utilizados de forma positiva e negativa ficam, respectivamente, desse modo: *exteriorização* e *alienação*, *objetivação* e *alienação*, ou *alienação* e *estranhamento*. Vale ressaltar ainda que, embora tenha se tornado popular (no Brasil) a utilização da palavra *alienação* no sentido negativo, preferimos utilizar a palavra *alienação* para o *sentido positivo* (exteriorização do sujeito) e *estranhamento* para o *sentido negativo*, uma vez que é essa a terminologia utilizada nas traduções italianas das obras de Marx e Lukács que utilizamos para a elaboração deste artigo.

ção. Portanto, essa unidade ontológica entre *objetivação* e *alienação* (*exteriorização*) é um momento positivo, decisivo e ineliminável no desenvolvimento do gênero humano.

Para Lukács, o desenvolvimento social decorrente da práxis dos homens não é simplesmente objetividade, mas são processos de objetivações que tanto são resultantes das ações e das posições teleológicas dos homens quanto também influenciam as suas novas ações e teleologias. Nesse sentido, o ente objetivado tem uma ação de retorno sobre o seu criador e, por extensão, sobre a totalidade social. Porém, não se deve esquecer que a síntese dos atos singulares que compõe essa totalidade é apenas causal e não finalístico ou teleológico.

Repetindo, a posição teleológica só pode partir das ações humanas, porém a totalização de tais ações, resultante do processo de objetivação/alienação (*exteriorização*) retroage sobre os indivíduos impondo critérios para novas ações e escolhas tanto em relação ao trabalho¹¹ e ao seu produto (no âmbito das teleologias primárias) como também em relação ao seu próprio comportamento enquanto indivíduos (no âmbito das teleologias secundárias). É aqui que consiste o regulamento moral da sociedade e que compreende o campo da ética.

Lukács adverte que a separação entre objetivação e alienação (*exteriorização*) leva a interpretações deturpadas acerca da ética e isso é um forte obstáculo “para se entender a ética como parte orgânica do desenvolvimento da humanidade em direção a um gênero existente-para-si.” (LUKÁCS, 1981, p.414). A tônica desta afirmação nos leva a reafirmar o caráter histórico-social da ética na propositura lukacsiana. Portanto, o poder normatizador da ética não pode ser baseada por nenhuma dedução lógica ou gnosiológica, pois o seu eixo condutor é ontológico, ou seja, a ética é fundada na capacidade teleológica dos homens e o seu campo de atuação apóia-se na produção e reprodução da vida social. Tudo isso impulsiona o processo de individuação bem como o desenvolvimento social, a sociabilidade humana. Temos assim, uma “visão social da individualidade e, ao mesmo tempo, uma visão humana da sociabilidade.” (LUKÁCS, 1981, p.414).

Quando Marx afirma e Lukács reitera a idéia de que o homem é o sujeito da história, mas em circunstâncias não escolhidas por ele, ambos referem-se justamente à ação de retorno que o ente objetivado tem sobre o seu criador

¹¹ Lukács diz que embora o trabalho vise, aparentemente, somente à objetivação do produto, a alienação (*exteriorização*) é inevitável nesse processo, pois, o trabalhador “cumprindo continuamente atos de alienação, aparentemente diversos das objetivações, mas na realidade intimamente ligados a ela”. (Lukács, 1981, p.413). Lukács adverte ainda que, apesar da alienação relacionar-se mais ao comportamento do homem na sua totalidade (ao passo que no trabalho refere-se mais ao comportamento singular), porém com um olhar mais atento pode-se perceber que uma coisa não exclui a outra, pois, a alienação (*exteriorização*) no trabalho “pode relacionar-se também ao caráter global do homem, por exemplo, a tenacidade em tarefas difíceis, a diligência, a coragem na caça a animais perigosos, etc” (Lukács, 1981, p. 413).

adquirindo um caráter causal e repercutindo tanto sobre a vida dos indivíduos singulares como sobre o gênero humano em geral e que parece, como diz Lukács, “uma segunda natureza”. Porém mesmo que nos diversos setores da vida o momento predominante ora seja a alienação (exteriorização) ora seja a objetivação, ambos são o resultado das teleologias e escolhas dos homens e fazem parte de um mesmo processo, ou seja, formam uma unidade ontológica. Lukács diz que a separação dos pólos dessa relação dialética entre objetivação e alienação (exteriorização) leva a interpretações deterministas como é o caso do economicismo, messianismo, voluntarismo ético, etc. Sem contar com as confusões e concepções idealistas acerca da alienação (exteriorização).

Porém não há dúvida de que o processo unitário entre a objetivação e a alienação (exteriorização) compreende os dois pólos (subjetivo e objetivo) cuja inter-relação é a característica essencial do gênero humano, ou seja, por um lado, temos a totalidade da sociedade no seu processo histórico de reprodução e, por outro lado, o homem evoluindo da mera singularidade à individualidade, quer dizer, ao processo de individuação. Trata-se de uma relação sujeito-objeto enquanto relação típica do homem com o mundo; é uma inter-relação na qual se tem “uma ação inovadora, transformadora, permanente do *sujeito* sobre o *objeto* e do *objeto* sobre o *sujeito* na qual nem um, nem outro componente pode ser concebido isolado... autônomo.” (LUKÁCS, *idem*, p.402. O grifo é nosso). Mas, como diz o nosso autor, isso não foi levado em conta, nem pelo marxismo vulgar e nem, em geral, pela filosofia burguesa.

Reafirmando a unidade ontológica entre a objetivação e a alienação (exteriorização) como dois momentos de um mesmo processo, Lukács diz que a sua distinção não é simplesmente o resultado de uma análise do pensamento e sim ocorre no plano histórico-social. Isso porque no plano ontológico existem diferenças reais, isto é, enquanto a *objetivação* refere-se à transformação da natureza em objetos sociais ao mesmo tempo em que transforma o próprio homem, via trabalho; a *alienação* refere-se à exteriorização do sujeito e ao efeito da objetivação sobre ele. A esse respeito, Lukács diz que a unidade objetivação/alienação (exteriorização) atua na objetivação “como uma mudança no mundo dos objetos no sentido da sua socialização, ao passo que a alienação (exteriorização) é o veículo, promove o desenvolvimento do sujeito na mesma direção.”¹² (LUKÁCS, 1981, p.405. O acréscimo é nosso).

Lukács adverte ainda que o fazer-se social do objeto é um processo muito mais homogêneo do que aquele do sujeito no seu processo de individuação. Certamente que uma pedra rudemente polida é diferente de uma máquina moderna, mas o salto de ambos do seu ser natural ao social, no sentido fun-

¹² Reafirmando essas considerações podemos dizer que a *objetivação* refere-se à construção das coisas, ou seja, à transformação de uma causalidade natural em causalidade posta, e a *alienação* (exteriorização) refere-se à construção da personalidade dos indivíduos por meio dessa objetivação.

dante ontológico, é o mesmo, quer dizer, ambos passam por um processo de objetivação, por uma posição teleológica do homem. Porém no plano ontológico e histórico-social essa diferença é de grande relevância, pois os progressos técnicos e econômicos “desenvolvidos a partir das objetivações têm um papel decisivo na transformação do ser social, seja quanto à sua essência, seja quanto ao mundo fenomênico” (LUKÁCS, 1981, p. 405).

Agora, em se tratando do fazer-se social do sujeito, ou seja, da alienação (exteriorização), a diversidade é ainda maior e mais complexa, pois cada indivíduo imprime a sua marca no ato da exteriorização e também a dinâmica com a qual o processo de objetivação/alienação (exteriorização) retroage sobre os homens é bastante diversificada, sem contar com os resultados que muitas vezes são diferentes daqueles que se esperava no estabelecimento das teleologias. Em todo caso, trata-se aqui do problema da humanização do homem, da sua generidade em direção a um gênero não mais mudo.

O primeiro salto ontológico da saída desse mudismo ocorre com o trabalho e a linguagem, quando o homem transforma a natureza em objetos de uso e tem a consciência de pertencer à generidade em-si do ser social. Porém o segundo grande salto no desdobrar-se do ser social é o seu elevar-se do em-si ao para-si. Lukács diz que “esse salto é o início da verdadeira história da humanidade.”¹³ (LUKÁCS, 1981, p. 406) na qual a contraditoriedade entre indivíduo e totalidade social deixa de ter um caráter antagônico. A unidade ontológica, que implica nesse elevar-se ao para-si, é mediada pela ética que, segundo Lukács, é parte essencial e constitutiva do desenvolvimento do gênero humano, pois essa elevação desenvolve-se tanto nos homens em geral como também em cada homem singular, incidindo na totalidade social e no processo de individuação dos homens.

Lukács destaca ainda que “o desenvolvimento social produz necessariamente o em-si do gênero humano... porém o seu ser-para-si pode ser produzido por um processo objetivo somente como possibilidade.” (LUKÁCS, 1981, p. 408), pois, através do processo de objetivação/alienação (exteriorização), cada atividade social recebe e gera finalidades, sentimentos, capacidades, etc., que podem se apresentar tanto no sentido *positivo* como *negativo* e incidem sobre sucessivas posições teleológicas dos sujeitos. A heterogeneidade que disso deriva pode provocar um aumento das desigualdades no desenvolvimento uma vez que o processo de objetivação/alienação (exteriorização) retroage de diversos modos sobre os indivíduos singulares.

Porém, mesmo diante dessa diversidade, a *alienação* (exteriorização) é um componente *necessário e ineliminável* no desenvolvimento do gênero humano como diz Lukács, “a alienação é a inevitável forma geral de toda ativi-

¹³ Em outra passagem, ele diz que a objetivação autêntica consiste na alienação do sujeito não-mais-particular, ou seja, na superação da particularidade em direção ao para-si. (ver p.600).

dade humana, e por isso na sua base tem sempre obrigatoriamente um mínimo de sociabilidade da pessoa que põe.”¹⁴ (LUKÁCS, 1981, p. 406). Em outra passagem Lukács reafirma que a alienação tem “grande importância para o desenvolvimento do gênero humano, pois, consideramos que o homem só pode ser socialmente ativo como indivíduo mediante as suas alienações” (LUKÁCS, 1981, p. 409). Porém as atividades objetivantes da sua práxis social (econômica e extra-econômica) promovem, freiam ou até impedem completamente o seu fazer-se social, pois “o sublinhar ontológico da ligação entre objetivação e alienação não exclui entre elas a existência de conflitos concretos” (LUKÁCS, 1981, p. 414). É justamente aqui que emerge o problema do *estranhamento* que são os obstáculos ao pleno desenvolvimento do gênero humano, envolvendo a totalidade social e os indivíduos singulares.

Por outro lado, os estranhamentos que surgem nesses bloqueios podem e devem ser superados, pois são frutos das próprias teleologias e ações dos homens. Nessa superação emerge a explicitação do para-si, ou seja, o pleno desenvolvimento do ser humano mediado pela ética. Tudo isso vai depender do processo de valoração que os homens operam em suas escolhas, teleologias e ações, pois, segundo Lukács, o processo de objetivação/alienação (exteriorização) torna-se incompleto se não esclarecermos a sua relação com o valor e com o dever-ser do fim estabelecido na posição teleológica dos homens. Aqui entra a questão do dever-se e dos valores que poderemos apresentá-la em outro escrito.

Todos esses delineamentos estão contidos na *Ontologia do Ser Social* de Lukács que, embora muito extensa, não deixa de referir-se aos prolegômenos de uma ética, que ele não chegou a escrever de forma sistemática, mas que nos trazem grandes contribuições para uma reflexão nesse campo.

Referências bibliográficas

FEHÉR, Ferenc *et al.* “Premessa all Annotazioni sull’ontologia per il compagno Lukács”, *Aut*, In: *Aut*. Rivista bimestrale. Milano: Gráfica Siprel, n. 157-158. 1977.

LUKÁCS, György. *História e consciência de classe*. Tradução de Telma Costa. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

_____. “Posfácio de 1967”. In: _____. *História e consciência de classe*. Tradução de Telma Costa. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

_____. *Ontologia Dell’Essere Sociale*. v. 3. A cura di Alberto Scarponi. Roma: Riuniti, v. I, 1976; v. II* e v. II**, 1981.

¹⁴ Veja que para Lukács a alienação (*Enttäusserung*) “não pode objetivamente ser eliminada” (Lukács, 1981, p. 599).

_____. *Prolegomeni All'Ontologia Dell'Essere Sociale*: questioni di principio de un'ontologia oggi divenuta possibile. Traduzione di Alberto Scarponi. Milano: Guerini e Associati, 1990

_____. *La responsabilidad social del filosofo*. Introducción e prefazione di Vittoria Franco. Luca: Maria Pacini Fazzi Editore, 1989.

MARX, Karl. *Manoscritti economico-filosofici del 1844*. Traduzione di Norberto Bobbio. Ottava Edizione, Torino: Giulio Einaudi Editore, 1983.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

NETTO, José Paulo. "Introdução: Lukács – tempo e modo". In: *Lukács-Sociologia*. São Paulo: Ática, 1981, p. 25 a 56.

NOBRE LOPES, Fátima Maria. "O Estranhamento como Fenômeno Histórico-Social em Lukács", In: *Educação em Debate*. Fortaleza: Edições UFC, ano 17/18, n. 29, 30, 31 e 32 de 1995, p. 15 a 20.

OLDRINI, Guido. "Lukács e o caminho marxista ao conceito de pessoa". *Práxis*, Belo Horizonte, Projeto Joaquim de Oliveira, n. 3, 1995, p. 104 a 122.

TERTULIAN, Nicolas. "Uma apresentação à Ontologia do ser social de Lukács", *Crítica Marxista*, São Paulo: Brasiliense, n. 3, s1996, p. 54 a 69.